

Abolição e República: o Governo Provisório do Maranhão por Astolfo Marques

Abolition And Republic: the Provisional Government of Maranhão by Astolfo Marques

Gardênia Sousa Silva Queiros*
Universidade Federal do Maranhão
Bacabal, Maranhão, Brasil.

Cristiane Navarrete Tolomei**
Universidade Federal do Maranhão
Bacabal, Maranhão, Brasil.

Resumo: Este trabalho nasce das discussões sobre o período pós-colonial do Maranhão retratado por obras literárias que circularam durante a Primeira República. Ao perceber que a obra *A nova aurora* (1912), de Raul Astolfo Marques, apresenta uma narrativa concisa sobre os eventos após a Proclamação da República no Maranhão, surge o interesse em compreender como o autor consegue, através da obra, elucidar ações do primeiro governo provisório do Maranhão na Primeira República que desconstroem a ideia de abolição da escravidão. De modo geral, a pesquisa objetivou realizar uma leitura crítica da obra à luz da decolonialidade, com os objetivos específicos de investigar as atitudes do povo na obra diante da junta de governo; identificar as denúncias na narrativa acerca do governo provisório no Maranhão; e evidenciar os contrastes que se estabelecem entre as ideias de abolição e república. Dessa forma, este estudo utilizou da pesquisa exploratória e descritiva, documental e bibliográfica em virtude da análise do corpus ao partir da perspectiva contextualista para concluir que *A nova aurora* possibilita a visualização do momento histórico da ação da junta governativa do Maranhão a partir da perspectiva do povo, evidenciando as torturas destinadas a eles através de denúncias testemunhadas ou ouvidas nas ruas por personagens e comentários do povo aterrorizado, possibilitando um contraste significativo entre as ideias repassadas para o povo sobre abolição e república, mas que na prática aconteciam de forma distinta, assemelhando-se ao regime autoritário escravocrata em que poucos possuíam a liberdade e castigavam o povo a seu modo.

Palavras-chave: Abolição. República. Literatura maranhense.

Abstract: This work is born from discussions about the post-colonial period of Maranhão portrayed by literary works that circulated during the First Republic. Realizing that the work *A nova aurora* (1912), by Raul Astolfo Marques, presents a concise narrative about the events after the Proclamation of the Republic in Maranhão, an

* Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Letras - Bacabal (UFMA/CCBa), vinculada a linha de pesquisa Literatura, Cultura e Fronteiras do saber (2022). Licenciada em Letras-Português pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA/CCBa). Integra o Grupo de Pesquisa Marginália (Estudos Decoloniais). Fez parte do Grupo de Estudos e de Pesquisa Literatura, História e Imprensa de 2018-2020 (GEPELHI/UFMA). E-mail: gardeniasqueiros@gmail.com.

** Professora Adjunto da Universidade Federal do Maranhão. Graduada em Letras pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/IBILCE /2001), com Mestrado em Letras (Teoria da Literatura) pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/IBILCE/2004) e Doutorado em Letras (Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa) pela Universidade de São Paulo (2010). Pós-Doutorado em História Literária pela Universidade Estadual Paulista e Pós-Doutorado pela Universidade de São Paulo (2015 e 2017). Pós-Doutorado na Universidade do Porto. Bolsista de Produtividade do CNPq - nível 2. E-mail: cntolomei@yahoo.com.br.

interest arises in understanding how the author manages, through the work, to elucidate actions of the first government of Maranhão in the First Republic that deconstruct the idea of abolition of slavery. In general, the research aimed to carry out a critical reading of the work in the light of decoloniality, with the specific objectives of investigating the attitudes of the people in the work before the government board; identify the complaints in the narrative about the provisional government in Maranhão; and highlight the contrasts established between the ideas of abolition and republic. In this way, this study used exploratory and descriptive, documentary and bibliographical research due to the analysis of the corpus from the contextualist perspective to conclude that *A nova aurora* allows the visualization of the historical moment of the action of the governing board of Maranhão from the perspective of the people, evidencing the tortures destined to them from denunciations witnessed or heard in the streets by characters through the comments of the terrified people, allowing a significant contrast between the ideas passed on to the people about abolition and republic, but which in practice happened differently, resembling the authoritarian slave regime in which few had freedom and punished the people in their own way.

Keywords: Abolition. Republic. Maranhão Literature.

1 INTRODUÇÃO

O século XIX foi marcado por diversos eventos e mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais. Muito do que se tem registrado nos livros de história perpassam por uma percepção dos detentores do poder, o que distancia o conhecimento dos fatos históricos pela ótica do outro lado. As vertentes divergentes chegam através dos textos literários, como as crônicas e folhetins de jornais que muitas vezes são lidos em seu caráter ficcional, desconsiderando que, apesar de literário, o texto pode apresentar uma concepção acerca da história e é construído dentro de um contexto e sobre um contexto.

A obra *A nova aurora*, de Raul Astolfo Marques, chama a atenção por se tratar de uma narrativa publicada em 1912 e abordar o espaço da São Luís de 1899, retratando especialmente a sociedade maranhense diante da alteração de regime político a nível nacional, ou seja, a passagem de poder da monarquia à república, com a visão do povo sobre essa mudança.

Num contexto próximo a abolição pela lei Áurea, com a concepção de liberdade em atividade, além de contemplar distintas visões acerca da república, o autor maranhense provoca o leitor a partir de sua escrita com traços da história, descrições precisas, apontamentos de localidades reais, situações cabíveis de acontecerem na realidade, que mais parecem um registro fiel do que um texto ficcional. Por isso, é possível pensar numa relação intrínseca com a história do período e articular neste trabalho uma resposta para o seguinte problema: como Astolfo Marques consegue, através de *A nova aurora*, elucidar ações do primeiro governo provisório do Maranhão na Primeira República que desconstroem a ideia de abolição da escravidão?

Para responder esse questionamento, este trabalho objetiva de modo geral realizar uma leitura crítica da obra *A nova aurora*, de Raul Astolfo Marques à luz da decolonialidade segundo Mignolo (2017) que pressupõe uma desvinculação do conhecimento institucionalizado, ou seja, daquilo que é conhecido e semeado como verdade, para um saber pensar além. Dessa forma, a análise terá por objetivos específicos investigar as atitudes do povo diante da junta de governo; identificar as denúncias na narrativa acerca

do governo provisório no Maranhão; e evidenciar os contrastes que se estabelecem entre as ideias de abolição e república em seus ideais de liberdade.

A pesquisa caracteriza-se por ser um estudo qualitativo de natureza básica, que quanto aos objetivos é exploratória, pois pretende coletar informações acerca do governo provisório maranhense, do período de escrita e do período narrado na obra e pela obra de Marques, além de ser, também, descritiva, em virtude da análise do corpus ao partir da perspectiva contextualista. Em relação aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa documental da “novela maranhense” produzida pelo autor neo-ateniense (1912).

Ademais, este estudo caracteriza-se também como uma pesquisa de cunho bibliográfico por propor uma abordagem decolonial, na qual se busca verificar a desconstrução da abolição a partir das ações do governo provisório para com o povo, sendo, portanto, necessário aprofundamento teórico sobre a colonialidade, especificamente a matriz colonial de poder (MCP), além da verificação de contexto de publicação e narrativa do corpus. Portanto, como aparato bibliográfico são utilizadas as obras, sobre a perspectiva da decolonialidade, “Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política” (2008) e “Colonialidade, o lado mais escuro da modernidade” (2017), ambos de autoria de Walter D. Mignolo; e devido a abordagem de intersecções entre a literatura, a história, o social e a teoria decolonial, se fará uso de *Literatura e Sociedade*, de Candido (2006).

A matriz colonial de poder foi formulada por Quijano e “foi descrito como quatro domínios inter-relacionados: controle da economia, da autoridade, do gênero e da sexualidade, e do conhecimento e da subjetividade” (MIGNOLO, 2017, p. 5). Esse conceito norteia a análise da obra, pois com a junta de governo provisório, através da escrita de Marques, é possível perceber a incidência da colonialidade sobre o controle da autoridade na província maranhense assim como o controle do conhecimento e da subjetividade quanto aos aspectos profissionais, raciais e culturais. Corroborar para análise a crítica sociológica como apresentada por Candido, pois nota a literatura como “um sistema simbólico de comunicação inter-humana” (2006, p. 47) que recebe a influência dos fatores socioculturais na formulação de seu conteúdo e de sua forma.

O governo provisório no Maranhão se institui no dia 18 de novembro de 1889, após os acontecimentos enérgicos do dia 17 em frente à sede do jornal *O Globo*, em São Luís, e se estende até o dia 17 de dezembro de 1889. Nesse curto tempo, muitas das ações realizadas recaíram sobre a população maranhense que foi liberta pela lei do dia 13 de maio de 1888, assim como a qualquer um que se identificasse com o antigo regime monárquico. Importa saber que antes mesmo da junta está articulada, as autoridades policiais e médicas tomaram atitudes que já desconstruíam o sentido de liberdade proporcionado, ou que se visava proporcionar com a abolição da escravidão e a república.

2 A NOTÍCIA E O DIA 17 DE NOVEMBRO

A obra *A nova aurora* traz como plano de fundo da narrativa uma fazenda na qual aconteciam reuniões com todas as pessoas, independente de classe ou cor, para beber e conversar. Nessa fazenda são discutidos os acontecimentos do mês de novembro e

dezembro diante da alteração de governo. Como contexto, o narrador adianta ao leitor que o ano de 1889 até então estava marcado pela insatisfação nascida da abolição efetivada pela lei de 13 de maio no ano anterior e pela guerra contra o Paraguai, que impactaram principalmente na economia da província. Os donos de terras mostravam-se insatisfeitos com o regime monárquico e começavam a aderir ao pensamento republicano.

A promulgação da Lei Áurea, que redimia os cativos, deixara a lavoura bem desfalcada, não de braços apenas, mas de capitais, igualmente [...]. A carência de braços e a rotina dos processos industriais se evidenciavam inda mais palpáveis [...]. A guerra contra o Paraguai retirara dela para o exército avultado número de braços válidos, ao mesmo tempo que a exportação de escravizados, de há muito praticada em grande escala, privava os estabelecimentos agrícolas desse elemento vital em que até então se apoiava a lavoura local (MARQUES, 2021, p. 24 - 25).

O narrador da obra consegue demonstrar como os libertos de 13 de maio eram enxergados pelos antigos senhores. O “elemento vital” para a lavoura, o ser escravizado objetificado, servia à economia, que por culpa da ausência desses braços estava desfalcada, construindo um argumento motivados para a aclamação por novos governantes. Assim, a narrativa, especialmente o segundo capítulo do livro, nomeado “na alvorada da república”, corre ao momento em que a notícia da proclamação chega até a província, especificamente à sede do jornal *O Globo* através de um telegrama. Esse jornal tinha por redator o personagem Pedro Belarte e era a principal fonte adepta ao novo regime que se proclamava e destituía a monarquia do poder naquele dia 15. Nos estudos de Gato (2021, p. 72) é apontada a alternância de nomes que Marques realiza dentro da obra, sendo que o Pedro Belarte personifica a figura de Paula Duarte, um dos republicanos mencionado na primeira dedicatória do livro, o que corrobora com o olhar atento da história local repassado por essa fonte literária.

Após a publicação da notícia no periódico, a obra narra como ocorreu a recepção pela população negra, que devido a Lei Áurea gostaria que a princesa Isabel se sentasse no trono, e com a sua deposição muitos dos libertos saíram as ruas em busca de informações acerca do novo regime noticiado pelo jornal. No dia 17, inflamada por discursos dos monarquistas, a população se dirigiu à frente da sede do jornal que noticiou a república.

Os magotes se vieram formando, as adesões eram crescentes, e começava-se já a concertar o plano de ataque à redação d’*O Globo*[...]. Parecia que todos os homens que, no ano anterior, estavam delirantes pela extinção do elemento servil, se achavam congregados na praça, formando uma guarda avançada ao trono em que desejariam ver Isabel, a Redentora, pois que visando a este bendito nome, de propósito, eram os vivos que soltavam ininterruptamente, num entusiasmo eletrizante, e em convicção profunda de baterem-se por um ideal que não compreendiam com absoluta nitidez (MARQUES, 2021, p. 47).

A carência de conhecimento do povo diante da situação de governo então instaurado possibilitou a circulação do medo de retorno à escravidão e a formação de uma onda que planejava invadir a sede do jornal mesmo que por cima da polícia. Visualizando o caminho que era tomado pelo povo, um oficial, na narrativa, ordenou que fossem dados

tiros para o ar com o intuito de afastar a onda. Todavia, durante uma segunda ordem de tiros, foram feridos e mortos alguns dos manifestantes, e logo os demais se dispersaram.

Antes de encerrar o capítulo, o narrador de Marques destaca a forma como a polícia conduziu a situação dos mortos e feridos. A chegada “vagarosa” para cuidar dos caídos alude ao descaso da condução de socorro aos que se rebelaram naquele dia, assim como o levar dos cadáveres direto ao cemitério para sepultamento também refletia o descaso, pois eram enterrados rapidamente. O narrador encerra o parágrafo com uma opinião formada sobre o evento, principalmente acerca da decisão dos que iniciaram a formação de ataque e dos quatro mortos, oficialmente registrados e divulgados nos jornais, lamentando suas mortes por “apego à insensatez” (MARQUES, 2021, p. 57), ou seja, o narrador da obra ver na falta de informação uma potencial causa para a morte dos revolucionários, não descartando os discursos inflamados como motivadores.

O segundo capítulo finda com a manifestação do dia 17 de novembro dispersa, o carregar dos mortos e feridos, e o cenário da rua 28 de julho, onde ficava localizada a sede do jornal, afirmando que “Estava feita a implantação do regime republicano, sob o batismo lustral do sangue do povo, passando o Maranhão à história como a única província heroica que, dentre as vinte, opusera tenaz resistência, pelas armas, ao derruimento súbito da nobre dinastia” (MARQUES, 2021, p. 57). Contrariando a ideia de proclamação pacífica, Marques consegue demonstrar em sua obra como, a partir da memória oral, o povo se opôs ao novo regime, primariamente por falta de informação.

Os jornais da época serviam como riquíssima fonte para obter notícias do Maranhão. *O Globo*, como apresentado no segundo capítulo da obra, perpetuava a causa republicana e havia trazido a notícia da proclamação e da prisão dos membros do Gabinete Ouro Preto, o que culminava na ideia de destituição do poder monárquico. Todavia, apesar de assim lidas como propagadoras de informações, as folhas silenciaram sobre a manifestação do dia 17 de novembro, tanto as monarquistas quanto as republicanas, as primeiras para não delatarem os atos irreverentes da população para invadirem o prédio do jornal, e as outras por segurança, deixando lacunas para os comentários de rua atingirem maiores dimensões na parte da população que se isentou do movimento.

Após a destituição da monarquia, cabia a província arquitetar novos governantes até que se estabelecesse a ordem geral pelo Governo Provisório da República. *A nova aurora* aponta que no telegrama despedido ao comandante do 5º batalhão de Infantaria havia orientações para organizar uma Junta Governativa que promovesse a adesão do regime proclamado na Corte através dos militares, o que de prontidão foi repassado pelo comandante para os futuros provisórios e realizada a seleção dos nomes como se aquela atividade fosse prevista antes mesmo da notícia chegar.

3 A JUNTA PROVISÓRIA: 18 DE NOVEMBRO A 17 DE DEZEMBRO

Após a manifestação do dia 17 de novembro o autor utiliza da perspectiva de Jovino para trazer um olhar do testemunho do personagem a partir da memória oral compartilhada em reunião na fazenda, ou seja, do conhecimento de caso a partir do que

o personagem viu, ouviu e perpetuou, pois não chegaram informações oficiais que eram veiculadas em jornais na época, já que os jornais estavam em silêncio. O narrador observador da obra não é alterado, o testemunho de Jovino é retratado por meio do narrador sem alternância de vozes, de forma indireta.

Das ações testemunhadas e ouvidas pelo personagem cabe destacar o sepultamento das vítimas dos disparos e as conversas que conseguiu acompanhar sobre as mutilações dos feridos, que estabelecem um contraste entre o descaso em uma situação e em outra atribuídos aos negros do movimento. A ideia de liberdade e abolição torna-se escassa nas primeiras horas após o assumir do exército, pois os mortos eram levados ao cemitério “[...]após ligeiro autopsiamento, indispensável para as indagações policiais, eram os cadáveres dados à sepultura, sob o pungente derramar de lágrimas e gritos angustiosos de parentes que haviam tido permissão de contemplar” (MARQUES, 2021, p. 64). Enquanto os feridos foram retirados do cenário da luta de forma lenta, os mortos eram enterrados com rapidez, dispensando uma análise e o velar dos parentes, ações que evidenciam o descaso.

Outro momento narrado como que mencionado por Jovino foi sobre o tratamento dos feridos no hospital da Santa Casa. Marques é pontual ao trazer para a narrativa a ausência de análise médica para saber se as intervenções cirúrgicas eram necessárias em todos os enfermos ali presentes. O narrador enfatiza que “Tratava-se era de acelerar a operação, desprezando-se um exame mais detido, uma pesquisa mais minuciosa, a comprovar se todos os feridos necessitavam, efetivamente, de intervenção cirúrgica” (MARQUES, 2021, p. 65), potencializando a ideia do descaso com a condição real do ferido e a importância atribuída às mutilações como forma de “castigo” pela manifestação.

Durante as cirurgias, para agilizar o processo, o barbeiro Macedo, um mestiço, foi chamado para sangrar as vítimas com sanguessugas. Ao perceber como os médicos estavam lidando com os feridos, ele se revolta e opina sobre o que estava acontecendo com todos aqueles manifestantes, o que revela a ínfima ideia de liberdade para expor o que pensava.

O barbeiro Macedo, o veterano dos sangradores locais, tivera os seus serviços aproveitados, auxiliando os médicos e aplicando sanguessugas. Condoía-se a alma do deitador de bichas ante aquele enervante vibrar do serrote decepador; e tanto se lhe revoltou a consciência quando, para terminar depressa, não se detiveram mais os instrumentos cortantes, que ele, esquecendo a sua posição subalterna, ali, não se conteve e deixou escapar corajosamente a censura que lhe pairava aos lábios [...]. E concluiu afirmando temerariamente ser aquilo que se estava a praticar uma verdadeira carnificina, uma barbaridade sem nome (MARQUES, 2021, p. 65-66).

Apesar da falsa sensação de liberdade que Macedo deixou expressar a partir de seu posicionamento, o narrador relembra o leitor da inferioridade do barbeiro enquanto mestiço convocado pelos médicos que chefiavam a operação. O preconceito racial, elencado por Quijano e retomado por Mignolo (2017) como uma das pernas da Matriz Colonial de Poder, fundamenta a ideia de que o homem ali não passava de um mero prestador de serviço, inferior por causa de sua cor, e que por um momento acreditou ter

direitos a expor sua voz devido a abolição. Mignolo afirma que “Uma das realizações da razão imperial foi a de afirmar-se como uma identidade superior ao construir construtos inferiores (raciais, nacionais, religiosos, sexuais, de gênero), e de expeli-los para fora da esfera normativa do ‘real’” (2008, p. 291), essa condição colonial é assimilada de tal forma pelo médico que se acredita superior ao barbeiro.

No posfácio da edição da obra publicada em 2021, construído por Matheus Gato, é possível ter contato com a menção da entrevista do cantor Zé Igarapé em 1974, na qual o entrevistado relata que seu pai era um dos manifestantes feridos levados ao hospital e que teve o braço amputado de forma desnecessária. Segundo o cantor, o doutor Afonso foi responsável pela fala que humilhava e destacava seu preconceito racial.

– Olá meu petulante, isto aqui não é açogue, onde a gente da tua laia rejeita os ossos! Faze apenas o teu serviço e não te atrevas a meter o bedelho aonde não se te chamou. Quem se imiscui em coisas de brancos, tem a mesma tristíssima sorte aqui destes teus companheiros, seu refinado patife! (MARQUES, 2021, p. 66).

A fala mencionada por Zé Igarapé foi trazida na obra de Marques em 1912 pelo personagem, também doutor, Firmiano, responsável pelo gerenciamento das mutilações e o replicador do preconceito racial que evidencia a colonialidade, assim como representava uma ameaça ao barbeiro, numa mistura de memória oral e ficção repassado pela narrativa recuperada em 2021. O narrador de Marques utiliza de “tristíssima sorte” para simbolizar o caráter de castigo atribuído às mutilações realizadas aos negros libertos, numa espécie de denúncia que desconstrói o sentido de liberdade que se esperava da abolição e do novo regime.

A narrativa de Jovino é encerrada com a nomeação dos governantes provisórios, mas a narrativa de Marques sequencia os acontecimentos de forma cronológica e apresenta que, após as mutilações, por ordem da Junta Governativa, a segurança pública procurou saber quem eram os líderes do movimento que aconteceu no dia 17 de novembro para detê-los e inquiri-los. Com o dissipar da onda, alguns dos próprios manifestantes tornaram-se delatores dos cabeças (MARQUES, 2021, p. 71). A partir dessa ação, foram apreendidas muitas pessoas injustamente acusadas.

Como figuras de autoridade e crueldade inquestionáveis são exibidos outros personagens que integravam o 5º batalhão, eram eles tenente Queirós, que estava à frente da Polícia Civil e major Honorato Clemente, da Polícia Militar. “À ação ditatorial dessa dupla polícia, Civil e Militar, a que entregaram a cidade, deve-se principalmente a perseguição de que foram vítimas tantas e tantas pessoas, injustamente imputadas delinquentes” (MARQUES, 2021, p. 73). Na busca pelos organizadores da manifestação do dia 17, a primeira ação autoritária da polícia percebe-se na ordem para aprisionar dois dos líderes, trabalhadores da usina, pois, segundo a ordem expedida, deveriam ser conduzidos arrastados ou receber “fogo” pela polícia caso resistissem. As ameaças diante de um povo livre reforçavam o caráter autoritário e amedrontador dos detentores do poder que por hora regiam o povo.

O terceiro capítulo da obra de Marques é finalizado com a tarde depois da publicação de uma resolução que solicitava a destruição de todos os “vestígios materiais

do antigo regime” (MARQUES, 2021, p. 77). Essa resolução foi atendida pelos trabalhadores das culturas de algodão através de uma passeata que também era composta por participantes da manifestação e ataque a sede do jornal no dia 17, que naquele momento, aderiram rapidamente para o novo governo. Mais uma vez inflamados por discursos, agora de Pedro Belarte, derrubaram a coluna no Pelourinho, que representava uma memória para além do antigo regime, mas também a resistência do povo cativo, que no momento não pensou por esse lado.

O narrador comenta que a remoção daquela coluna era desejo dos edis da cidade por atrapalhar o trânsito, mas esse pedido era indeferido todas as vezes, tanto pelo presidente da província quanto pelo próprio Governo imperial, mas agora havia sido destruída pela população com facilidade através do discurso duvidoso do brilhante redator, agora membro da Junta.

O quarto capítulo tem início mencionando as festas adesionistas à proclamação que eram comemoradas por todas as classes sociais. O narrador, sempre criterioso ao propalar sua narrativa, atenta para a possibilidade das festas como calmante para o temor diante da junta governativa, pois partiam também de pessoas que repudiavam ou não se identificavam com o novo regime. Além das festas, o narrador aborda também a imprensa, que transcrevia as notícias e palavras do Governo Provisório no Rio, mas se isentavam de comentários sobre os acontecimentos diários do Maranhão por entenderem sua posição diante da autoridade das polícias, que implicava na ausência de liberdade das folhas jornalísticas. No capítulo, contrariando as folhas, o narrador comenta de forma geral sobre o que estava acontecendo.

O detido, pela menor queixa, era conservado a pão e água, quando lho davam, por mais de vinte e quatro horas; e, antes de posto em liberdade, se lhe infligiam, numa intimidação de reincidência, repelentes e indecorosos castigos, dos quais os menores se limitavam à aplicação de dúzias sobre dúzias de estalidantes bolos, palmatoados à sustança, e à raspagem dos cabelos, operada por qualquer esbirro policial. A conquista da liberdade era mediante o sujeitamento das mãos a causticantes pancadas de férula e a cabeça entregue à navalha raspadora (MARQUES, 2021, p. 82-83).

A ideia de liberdade propagada pelos republicanos era contrariada pelas ações autoritárias das polícias que estavam no controle da junta de governo provisório. A narrativa de Marques retrata, para além das prisões, os acontecimentos com os detidos independente do motivo para a detenção. Manter o prisioneiro com fome e sede, o castigar fisicamente com palmatórias e raspar os cabelos eram operações comuns da polícia, além de impedir a reunião de pessoas para não haver organização de oposições ao regime.

A narrativa permite a aparência da comparação do povo, agora liberto por lei, ao período entendido como escravocrata, pois por não se acharem possuidores de defesa, seguiam todas as determinações dos senhores, figurados pelos policiais que governavam provisoriamente a menos de um mês. O narrador exhibe a situação ao mencionar que “[...]a população, numa pacificidade de carneiro, sem meios de defesa, amoldava-se aos ditames das inclementes autoridades sustentadas pelo poderio dos pontífices do Provisório” (MARQUES, 2021, p. 83).

Outras obras de Marques corroboram, mesmo que por trechos curtos, para evidenciar que o período de atuação da junta foi regado a castigos para a população, especialmente a negra. Exemplos das ações da polícia em outras obras do autor, são visualizados nos contos organizados por Matheus Gato no volume que recebeu o título *O Treze de Maio: e outras história do pós-Abolição* (2021), no qual são reforçadas as atitudes mencionadas na obra *A nova aurora*, até mesmo o uso dos mesmos nomes e personagens para representar personalidades da época, cada um adaptado ao seu contexto literário.

No conto “Ser treze”, publicado no periódico *Pacotilha* no dia 13 de maio de 1905, Marques também menciona o período de atuação do governo provisório pelas vozes de Eleutéria e Raimunda Codó, personagens negras, antigas escravizadas. Durante o diálogo memorialístico das amigas, é possível perceber a perseguição de escravizados, em especial o caso de Vitória, pelos senhores, já no pós-abolição. “– E nunca que a Vitória foi perdoada, pois, quando o Queirós foi delegado de polícia, elas arranjaram um aranzel com a rapariga que ela não só se meteu em bolos como teve a cabeça raspada” (MARQUES, 2021, p. 65).

Vitória, figura da conversa, foi castigada com “bolos”, ou seja, palmatórias, e teve a cabeça raspada, por causa de uma briga simulada pelas antigas senhoras que ficaram aborrecidas com a libertação do 13 de maio. Devido as apreensões e torturas por todo e qualquer motivo, a narrativa expressa que as senhoras acharam oportuno provocar uma situação que induzisse a detenção de Vitória para assim ser castigada, pois esse poder se achava nas mãos da polícia, principalmente na figura do Queirós, personagem retratado em ambas as obras.

Em “Reis republicanos”, publicado no periódico *O Jornal* em 24 de dezembro de 1916, o personagem Daniel figura a instabilidade da segurança das pessoas diante do novo regime, pois não era sabido o que podia ou não ser feito durante a atuação da junta.

A implantação do regime republicano no mês anterior perturbara vivamente o espírito do Daniel, um antigo e incansável promotor de festas natalis, no bairro da Currupira [...]. Meterase na telha do ardoroso devoto do Deus Menino que o tenente Queiroz, o delegado terrorista, não consentiria que os três soberanos, parte integrante do Oriental, se mostrassem neste” (MARQUES, 2021, p. 136).

Mais uma vez a figura do tenente Queirós é retomada para denunciar a forma autoritária como foi conduzido o período de governo provisório no Maranhão. Para auxiliar na construção crítica e cômica da situação exibida no conto, diante das resoluções da junta em relação aos resquícios monárquicos, Daniel evita usar a figura dos “reis” magos no presépio e assim, ao invés de usarem coroas como nas articulações anteriores, foram colocados barretes frígios para não ter problemas com a polícia.

A situação de dúvida entre o que podia ou não fazer pelo medo das ações do governo também é encontrada no conto “De corôa e barrête”, publicado apenas no periódico *Pacotilha*, em 2 de março de 1908. A narrativa se passa no período de carnaval de 1890, poucos meses após a extinção da junta de governo provisório. O personagem, mestre Gervasio, diretor da Caninha-Verde, não sabia se suas alegorias ao rei e seus vassalos poderiam sair as ruas naquele ano, pois durante o governo provisório Queirós

proibira os ensaios. Como resposta para proceder com a tradição, Gervasio não ficou satisfeito com as garantias dadas pelo novo governo “E, assim que a brincadeira se ia aproximando da frente da morada duma autoridade, elle descoroava-se mansamente e colocava na cabeça o barréte frijio” (PACOTILHA, 1908, n. 52, p. 2).

O texto referente ao ano posterior de adesão ao regime republicano narra a insegurança ainda existente no povo diante da memória do provisório, no qual Marques apresenta novamente a figura de Queirós como uma autoridade cruel e temida. Para burlar a insegurança, Gervasio usou a coroa diante da população, porém quando passava pelos lugares nos quais policiais poderiam estar presentes, ele usava um barrete frígio, touca utilizada por republicanos franceses que simbolizava os adeptos da república. O barrete frígio também utilizado no conto “Reis republicanos” mostra as saídas cômicas que a população encontrava para permanecer festejando.

“A última sessão”, publicado no Boletim dos Novos, em 1903, apresenta uma narrativa que alude ao momento de instauração do regime republicano no Maranhão, todavia na perspectiva dos vereadores monárquicos que acreditavam numa espécie de mais poder destinado a eles com o novo regime. O conto exhibe uma câmara reunida a espera de um telegrama que instruisse as próximas ações, acreditando na escolha dela para reger o espaço enquanto não se tinham decisões acerca do novo governante. Todavia, quem tomou o poder foi a junta provisória e “Nesse mesmo dia a Câmara foi dissolvida, e o telegrama esperado quem o recebeu foi já a intendência nomeada para substituir a agremiação conservadora” (MARQUES, 2021, p. 194).

Retornando para *A nova aurora* é possível perceber a incorporação de um conto na íntegra pelo autor como aproveitamento para continuidade da obra. Na pesquisa de Gato publicada como posfácio na obra de Marques (2021), é apontado pelo historiador a transformação em personagem da narrativa literária de uma personalidade. Fabrício, protagonista do conto introduzido na íntegra em *A nova aurora*, representou Prazeres de Freitas, membro do grupo abolicionista (2021, p. 184).

Afirmava-se entre o operariado do estabelecimento, que o Fabrício, sem intimidar-se com o amordaçamento a que haviam sujeitado a imprensa, e nem menos com o pavor que a todos causavam as severidades ilegais das autoridades de polícia, iria dizer, nas chichas dos governantes, o seu modo de sentir, profligar os desmandos e arbitrariedades, lançar um protesto refletor do que de verdadeiro se passava na alma popular (MARQUES, 2021, p. 92-93).

Outra vez a narrativa retoma a situação da imprensa, impedida de expor notícias que tratassem acerca das ações autoritárias do novo governo. No seu discurso, Fabrício, acreditando dominar o público ousou falar mais sobre o sistema, denunciando a falsa adaptação ao título de república e as ações das autoridades que em nada representavam a liberdade ofertada pelo governo republicano, mas esqueceu de pensar no ódio que poderia suscitar em alguns dos presentes.

– Concidadãos! Esta forma de governo, que ora nos felicita, de República apenas tem o rótulo! A República, como deve ser, ainda não a temos, pois os bolos estão chovendo nos postos policiais, e cidadãos livres, como somos nós, os brasileiros, assistimos numa capital

de antiga província, que sempre primou pela altivez e independência, ao degradante espetáculo de ver os nossos irmãos com as cabeças raspadas à navalha, por fúteis delitos, e a um simples aceno dum senhor Queirós, desbrioso da sua farda! Abaixo, pois, os tiranos! Viva a futura República! (MARQUES, 2021, p. 94).

As formas de castigar o povo são sempre as mesmas em todas as narrativas do autor, inclusive Fabrício reforça as ideias perpetuadas nos demais capítulos da obra, com “bolos” e cabeças raspadas. Seu discurso alude ao Queirós como “tirano” e que a república como de fato deveria ser ou como ele imaginava que fosse, somente se concretizaria com o afastamento desses componentes da junta governativa. Na porta de sua casa, Fabrício é preso sem reagir, pois, entendia que o discurso proferido no teatro era potencial gerador de divergências com as autoridades vigentes, e que muitas pessoas já haviam sido presas por muito menos.

Durante o interrogatório de Fabrício os governantes reunidos o insultavam, e um dos “provisórios” o ameaçou com a ideia de colocá-lo na Cadeia Pública. A Junta considerava-se superior ao ponto de determinar aquilo que se poderia falar e também de decidir o destino das pessoas, entendendo-as como subalternas a toda e qualquer decisão tomada, sem forças para revogá-las.

Enquanto os presentes escutavam as ameaças e a decisão do verberante quietos, um personagem chama a atenção para si no intuito de manifestar seu apoio às ameaças e insultos destinados a Fabrício, o apoiador foi nomeado na obra como tenente Calígula. Ao fingir indignação com as atitudes do preso, Calígula, para demonstrar sua convicção inquisitorial, expressa uma opção mais drástica ao destino de Fabrício. “– Eu cá, na minha opinião, achava que o fuzilamento resolveria mais enérgica e sumariamente a punição deste arrojado perturbador da ordem pública!” (MARQUES, 2021, p. 97). Fabrício foi mandado à cadeia pública e liberto poucos dias depois confessando ao amigo, João Cadete, que a República por ele sonhada não era aquela que se estava a praticar no Maranhão.

Ainda no conto sobre Fabrício, colocado no quarto capítulo da obra, há uma evidência do reconhecimento do narrador em relação ao sentimento das figuras políticas apreendidas e do povo. Para o narrador, o povo começava a perder a paciência com os desmandos do governo, e se regozijavam com a notícia de um governador nomeado, a ser enviado pelo Rio de Janeiro, mas a concretização da notícia acontece no capítulo posterior.

O capítulo cinco é iniciado com a espera do novo governador, por isso, a Junta do Governo Provisório procurava atos que justificariam suas ações durante a implantação do regime, expedindo resoluções sobre o direito de reunião, liberdade da imprensa e liberdade de culto, direitos esses negados durante o período incisivo de implantação do regime.

O Provisório armava-se, assim, com o primeiro decreto, duma atenuante à arbitrária detenção do Fabrício, o da Usina, e com o segundo, evidenciava-se amorável protetor das classes laboriosas.

Dos próprios considerandos das duas resoluções se poderia inferir não ser outro o móbil que as sugeriram. Entretanto, o efeito era nulo, por isso que da liberdade de pensamento ninguém

se atrevia a aproveitar-se, assim como do descanso obrigatório se originou balbúrdia tão emaranhada que, na sua aplicação, foram impotentes os fiscais do município, que deixaram, logo às primeiras horas do dia, transparecer a sua ineficácia (MARQUES, 2021, p. 104).

Como a junta ainda governava, o narrador clarifica que o povo não usufruía dos direitos declarados em resoluções como restituídos, pois pelos exemplos das figuras públicas, dos presos injustamente, o povo se amoldou no medo e permanecia paralisado diante da figura autoritária e torturadora da junta. Da mesma forma aconteceu aos jornais, apesar da liberdade de pensamento e de imprensa nas resoluções, silenciaram-se até momentos antes do assumir do novo governador, combinados de expor os acontecimentos ditatoriais do governo provisório no mesmo dia, assegurados pela chegada do novo governante.

Os jornais, emudecidos, privados de verberar os atos ditatoriais, que se punham em prática, havia já um mês, tinham, na véspera, por combinação tácita para uma ação conjunta, rompido o seu mutismo e procedido a uma dissecação vigorosa dos decretos e mais resoluções com que aos dirigentes aprouvera infelicitar a terra. E, então, deitavam a boca pelo mundo, narrando que as doutrinas democráticas se vinham falseando, e era à “debacle”, à ruína máxima que se conduzia a terra ateniense. O regime nela se havia implantado oriundo do terror, traspassado de ódios inclementes (MARQUES, 2021, p. 107-108).

O narrador argumenta que a República somente foi implantada no Maranhão pelas atitudes autoritárias da junta governativa e não era a República democrática que se entendia pelo termo, mas um regime de decretos, prisões e torturas contra todos que ao menor sinal demonstrassem conflito com o novo sistema de governo. O povo, ao ver o novo governante, festejou, “[...]um povo sedento de liberdade, ávido de quem melhor lhe dirigisse os destinos, distribuindo imparcialmente a justiça e provesse, sem predileções molestáveis, o bem-estar da comunidade” (MARQUES, 2021, p. 109).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, analisou-se a obra *A nova aurora*, de Raul Astolfo Marques em busca de visualizar ações do povo, as denúncias e os contrastes da junta de governo provisório do Maranhão em relação a liberdade esperada pelo novo regime. Entendendo a obra como influenciada por fatores socioculturais, como proposto por Candido (2006), foi possível, pela literatura, encontrar o posicionamento da figura do narrador para elucidar a visão do povo de como aconteceu a implantação da República no Maranhão, em uma relação dialógica entre literatura e sociedade, concedendo o lugar de voz às maiorias não escutadas.

O autor, enquanto criador da narrativa, vozeia personagens do povo, ao usar da memória oral repassada nas ruas pelos homens e mulheres que se dispuseram a comentar os acontecimentos do dia 17 de novembro ao dia 17 de dezembro. Importa ressaltar que Marques vivenciou esse momento, apesar de ainda moço na região de São Luís. Desse período, o autor enfatiza a manifestação do dia 17 para atentar as inquietações da população quanto a carência de informação. Ademais, as conversas na fazenda Aurora

possibilitam o tom da narrativa oral na sua escrita prosaica, motivando a leitura fluída literária dos acontecimentos, numa mistura de ficção e memória, fundidas também nos personagens representantes de personalidades da realidade.

Além da manifestação, a narrativa sequencia os diversos desmandos da junta do governo provisório ao evidenciar as mutilações de feridos e o enterro ágil dos mortos no dia 17, com a expressão do preconceito racial persistente mesmo após a ideia de igualdade estabelecida pela Lei Áurea, figurado por Firmiano e Macedo em posicionamentos que denotavam o especular do Barbeiro em relação a liberdade para manifestar-se e o pensamento de superioridade racial de Firmiano. Corroborou para atestar o caráter das influências socioculturais a pesquisa de Gato ao apontar uma entrevista na qual o entrevistado reafirmou a situação dos feridos no hospital e a declaração do médico.

A extinção da liberdade de reuniões, liberdade de imprensa, liberdade de expressão a partir de resoluções, as prisões e torturas manifestas nas palmatórias, cabeças raspadas e ameaças evidenciam uma junta autoritária que implantou o regime sob o temor da população. Apartando-se da ideia de adesão pacífica a república, momento heroico e de festejos, Marques consegue por meio de sua narrativa construir uma versão da história que não é repassada com reincidência.

Dessa forma, *A nova aurora* possibilita a visualização do momento histórico da ação da junta governativa do Maranhão a partir da perspectiva do povo, evidenciando as torturas destinadas a eles, com denúncias dessas testemunhadas por personagens e compartilhadas nas reuniões da fazenda Aurora ou percebidas nas ruas através dos comentários do povo aterrorizado, possibilitando um contraste significativo entre as ideias repassadas para o povo sobre abolição e república, mas que na prática aconteciam de forma distinta, assemelhando-se ao regime autoritário escravocrata em que poucos possuíam a liberdade e castigavam o povo a seu modo.

REFERÊNCIAS

CANDIDO, A. *Literatura e Sociedade*. ed. 9. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

MARQUES, R. A. *A nova aurora: novela maranhense*. São Paulo: Chão Editora, 2021.

MARQUES, R. A. *O Treze de Maio: e outras histórias do pós-Abolição*. Org. Matheus Gato. São Paulo: Fósforo, 2021.

MIGNOLO, W. D. Colonialidade, o lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 32, n. 94, p. 1-18, 2017. Tradução de Marco Oliveira.

MIGNOLO, W. D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF*. Dossiê: Literatura, língua e identidade. n. 34, p. 287-384, 2008. Tradução de Ângela Lopes Norte.

PACOTILHA: Jornal da Tarde. Maranhão, 2 mar. 1908. Disponível em:
<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/pacotilha/168319>. Acesso em: 12 jan. 2022.